

PROGRAMA DE GOVERNO MUNICIPAL
GOURA NATARAJ & ANA MORO
2021 A 2024



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Sumário

Curitiba para as pessoas	5
Governança justa	6
Ações gerais de interesse social.....	6
Desenvolvimento integrado com a Região Metropolitana	7
Parcerias com instituições de ensino	8
Gestão tributária sustentável	8
Segurança e saúde no trabalho	9
Por uma Curitiba sustentável, saudável e humana	11
Qualificação do espaço público e cidade policêntrica	11
Preservação do patrimônio cultural, material e imaterial.....	13
Patrimônio	13
Cultura.....	14
Transição para uma economia verde.....	17
Gestão do meio ambiente	17
Ecossistema e construção	20
Gestão das águas.....	20
Cidade Lixo Zero: gestão de resíduos sólidos urbanos	21
Logística	22
Catadores e catadoras de materiais recicláveis	22
Missão possível: rumo ao comércio justo e sustentável	23
Economia local e emprego	24
Economia solidária	25
Turismo	26
Promoção de uma sociedade justa.....	29

Abastecimento, segurança alimentar e nutrição	29
Acesso à saúde	30
Educação	33
Esporte e Lazer.....	36
Cidade com segurança	37
Defesa dos direitos da mulher	39
Acesso à assistência social	40
Proteção dos direitos e inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida	43
Promoção dos direitos étnico-raciais	45
Promoção dos direitos da população LGBTI +.....	45
Promoção dos direitos da população em situação de rua.....	46
Migração	47
Habitação e regularização fundiária.....	47
Mobilidade ativa, segura e coletiva.....	50
Mobilidade ativa	50
Mobilidade a pé: todos somos pedestres	50
Mobilidade por bicicleta	51
Gestão.....	52
Paraciclos, bicicletários e bicicleta compartilhada	53
Mobilidade segura: Morte Zero no Trânsito	53
Áreas Calmas	54
Urbanismo tático.....	55
Campanhas educativas	56
Transporte coletivo.....	57
Sistema de fiscalização e controle do sistema	58
Mobilidade como serviço	59

Curitiba para as pessoas

Curitiba possui uma população de cerca de 1,9 milhão de habitantes. É polo da Região Metropolitana de Curitiba, composta por 29 municípios e com uma população que supera os 3,5 milhões de habitantes. Em décadas passadas, foi reconhecida por seu planejamento urbano, fruto de planos diretores que visavam ao ordenamento territorial e cujos resultados influenciam a configuração socioespacial da capital e região. Porém, Curitiba parou no tempo.

Além disso, não é possível analisar e planejar a capital de forma isolada. As políticas aplicadas em Curitiba influenciam diretamente os municípios da Região Metropolitana, em especial no que diz respeito às questões ambientais e sanitárias – como a destinação dos resíduos sólidos, o abastecimento de água e a produção de alimento – e às relações de trabalho e moradia, já que grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras da capital mora nas franjas da Região Metropolitana, realizando movimento pendular todos os dias. Neste aspecto, grandes avanços podem ser feitos por meio de instrumentos previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e no Estatuto da MetrÓpole.

A pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) revelou chagas sociais, ampliou diferenças e forçou ações extremas para a contenção de sua disseminação. Trouxe também a ressignificação de valores e uma reflexão sobre o desenvolvimento que buscamos. Serão necessários esforços para reverter os danos sociais, econômicos e emocionais causados pela pandemia.

As propostas de políticas públicas aqui apresentadas estão de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), e visam à construção de uma cidade socialmente justa, economicamente sustentável e ambientalmente responsável.

Governança justa

Para a implantação de um modelo de governança justa no município, com integração e equilíbrio com a Região Metropolitana de Curitiba, é necessário o fortalecimento do diálogo constante com a população e com as instituições públicas, o levantamento e a reorganização de uma série de instrumentos e mecanismos de participação, gestão e integração social, bem como a revisão de determinados contratos estratégicos da prefeitura.

Embora a prefeitura deva trabalhar para garantir os repasses estaduais e federais, se faz necessário um trabalho de aprimoramento contínuo do modelo tributário municipal, assim como de seus processos e procedimentos, visando a uma maior eficiência na arrecadação de receitas próprias por meio de modernas ferramentas de tecnologia da informação. Para realizar uma governança que atenda às necessidades da população como um todo, propomos as seguintes ações:

Ações gerais de interesse social

- Revisar e analisar a implementação de novos instrumentos urbanísticos voltados à promoção de Habitação de Interesse Social (HIS) (item detalhado no capítulo **Habitação e regularização fundiária**).
- Revisar e reordenar os fundos municipais, fazendo um balanço administrativo geral do funcionamento, fontes e destinos dos recursos, com fim de torná-los mais eficientes.
- Fortalecer os Conselhos Municipais, garantindo seu funcionamento.
- Criar um ecossistema de inovação e um plano de evolução tecnológica baseado em código aberto e licença livre, em parceria com instituições públicas e privadas, visando à soberania tecnológica do governo e ao acesso público aos dados.
- Prover acesso gratuito à internet sem fio em equipamentos públicos.
- Promover a economia local, colaborativa e solidária, por meio do incentivo ao software livre.

- Dar preferência à contratação de softwares multiplataforma de startups locais baseados em licença livre.
- Implantar tecnologia de informação que vise a integrar os sistemas de atendimento à população, promovendo uma comunicação intersetorial (Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Turismo, Sistema de Justiça, Conselho Tutelar e outros órgãos pertinentes).
- Conveniar, licenciar e compartilhar o desenvolvimento de softwares com outros entes governamentais, bem como disponibilizar os softwares de propriedade da prefeitura para entes que possuam demandas similares, reduzindo custos.
- Desenvolver ferramentas de orçamento participativo digital.
- Aumentar a disponibilidade de mapas inteligentes e interativos nos aplicativos da prefeitura.
- Fortalecer o diálogo com as associações de bairros.
- Implementar o Conselho das Crianças e dos Adolescentes, ouvindo a população infanto-juvenil para construir propostas voltadas a este público.
- Realizar concursos de projetos para obras públicas.
- Implementar a gestão Cidade Por e Para Mulheres, garantindo um quadro mínimo de gestoras nos cargos de chefia.

Desenvolvimento integrado com a Região Metropolitana

O desenvolvimento de Curitiba deve ser planejado de forma conjunta e cooperativa por representantes do Estado, dos Municípios integrantes, da Região Metropolitana e da sociedade civil. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Fortalecer políticas junto ao Governo Estadual e municípios da RMC para um desenvolvimento sustentável da região, com integração das políticas ambientais, habitacionais, de saneamento, de mobilidade, turismo e abastecimento.
- Fortalecer a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), os Conselhos e as Câmaras Técnicas de assuntos metropolitanos.
- Fortalecer a Rede Integrada de Transportes (RIT) com as linhas da Urbanização de Curitiba (URBS) para melhor integração do transporte coletivo.

- Adequar o Plano Diretor do Município ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) de acordo com os preceitos do Estatuto da Metrópole.
- Criar um fundo da RMC para o financiamento de políticas integradas com foco nas questões ambientais e habitacionais.

Parcerias com instituições de ensino

Para o desenvolvimento de pesquisas científicas e projetos de extensão, e para a implementação de novas tecnologias sociais, de comunicação e de informação que respondam às necessidades da sociedade e envolvam a população local na produção acadêmica, é necessária uma estreita relação com as instituições produtoras de conhecimento. Assim, propomos as seguintes ações:

- Estabelecer parcerias com observatórios, universidades públicas federais e estaduais, universidades privadas e outras instituições produtoras de conhecimento científico.
- Fortalecer a cooperação com universidades internacionais, em particular as latino-americanas, na busca de boas práticas de pesquisas com foco especial no desenvolvimento socioambiental e tecnológico.
- Fortalecer parcerias internacionais voltadas à regeneração urbana visando à troca de experiências e implementação de iniciativas como as Soluções Baseadas na Natureza (SbN).

Gestão tributária sustentável

- Otimizar o modelo tributário municipal, tornando seus processos e procedimentos modernos e informatizados.
- Revisar e simplificar a linguagem das normas tributárias municipais.
- Revisar a base de cálculo e as alíquotas do IPTU com vistas a construir um sistema com maior equidade, levando em consideração interesse social, uso e localização dos imóveis.

- Aprimorar e ampliar a eficiência da gestão tributária das receitas próprias da prefeitura.
- Revisar e simplificar os instrumentos de incentivos fiscais e construtivos para empreendedores individuais e empresas de pequeno porte em atividades da economia verde, economia solidária, startups intensivas em conhecimento e criatividade, reforçando uma nova base econômica para Curitiba.
- Fortalecer a administração pública por meio da formação continuada dos(as) servidores(as).

Segurança e saúde no trabalho

Uma cidade voltada às pessoas deve se dedicar à prevenção de acidentes e à saúde do trabalhador e da trabalhadora, aliando mais qualidade de vida e maior preservação do meio ambiente em seu cotidiano. Propomos as seguintes ações:

- Inserir no currículo escolar e na capacitação dos(as) servidores(as) da Rede Municipal de Ensino (RME) atividades sobre prevenção de acidentes no ambiente escolar e no lar, estabelecendo convênios com o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil.
- Fortalecer a atuação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) nos estabelecimentos da Prefeitura Municipal de Curitiba.
- Criar um prêmio municipal para as empresas que se destacarem em matéria de prevenção de acidentes e preservação da saúde do(a) trabalhador(a).
- Implantar Odontologia do Trabalho para servidores(as) da Prefeitura Municipal de Curitiba.
- Implantar sistemas de gestão para segurança e saúde ocupacional na Prefeitura Municipal de Curitiba.
- Realizar a Semana Municipal de Prevenção ao Acidente do Trabalho, com ações em escolas e equipamentos públicos.
- Realizar treinamentos de prevenção e combate a incêndios e atendimento a emergências para servidores(as) e a população em geral, em parceria com o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil.

- Estimular a ciclogística através da implantação de bicicletários, políticas de preservação da vida e da saúde dos(as) cicloentregadores(as).
- Melhorar a estrutura de apoio (banheiros e copa) para fiscais de urbanismo, trânsito e demais servidores(as) que atuam nas ruas.
- Implantar estruturas de apoio para feirantes, como banheiros e copas.

Por uma Curitiba sustentável, saudável e humana

Diante do cenário de mudanças climáticas e da pandemia do coronavírus, faz-se necessário um olhar atento à qualidade ambiental da cidade, com justa distribuição dos recursos e serviços ofertados. Curitiba pode se tornar uma capital mais próspera e resiliente por meio da reconexão entre sociedade e natureza, aumentando sua capacidade de resistir a condições adversas.

Por sustentável, entende-se a criação de um sistema com capacidade de conservação, que busque o equilíbrio entre as necessidades humanas e a preservação dos recursos naturais.

Por saudável, entende-se a construção de um ambiente que estabeleça uma relação harmoniosa entre a sociedade, o ambiente construído e o natural, na busca de condições de vida, trabalho e cultura acessíveis a toda a população, proporcionando uma melhor ocupação do espaço público e estimulando hábitos saudáveis.

Por humana, entende-se que é necessário recolocar as pessoas como elemento fundamental para o planejamento urbano, tornando o espaço público mais amigável, seguro e acolhedor.

Qualificação do espaço público e cidade policêntrica

Atrair a população para espaços públicos da cidade requer um desenho urbano acolhedor, interativo e seguro o suficiente para que as pessoas possam circular e utilizar esses espaços de forma saudável. A distribuição democrática dos serviços e comércios nos bairros contribui para minimizar o deslocamento urbano, fortalecer o comércio local e promover vínculos de vizinhança.

Com um tratamento especial das áreas públicas, combinado ao uso e ocupação do solo de forma planejada com foco nas pessoas, promoveremos a satisfação de vivenciar a cidade. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Estimular que espaços públicos e edificações sejam projetados de acordo com a escala humana, com acesso visual à rua e construções de altura baixa e média, que promovam interação entre os espaços públicos e privados.
- Elaborar Planos de Desenvolvimento de Bairro, já previstos no Plano Diretor de Curitiba, como forma de valorizar a administração regional de cada localidade.
- Ampliar a segurança no trânsito por meio de técnicas de moderação de tráfego, como travessias seguras, visando a atingir o objetivo de Morte Zero no Trânsito (item detalhado no capítulo **Mobilidade ativa, segura e coletiva**).
- Aplicar técnicas de urbanismo tático que ampliem a infraestrutura para pedestres e ciclistas (item detalhado no capítulo **Mobilidade ativa, segura e coletiva**).
- Viabilizar o desenho universal da cidade, garantindo acessibilidade e segurança à população de forma inclusiva, com foco nas pessoas idosas, com deficiência, mulheres e crianças.
- Assegurar locais de permanência no espaço público, a exemplo das Vagas Vivas, por meio de autorização prévia.
- Implantar banheiros públicos gratuitos que atendam à população de forma irrestrita, sobretudo pessoas em situação de rua.
- Disponibilizar bebedouros públicos, garantindo acesso à água potável gratuita a toda a população.
- Promover a melhoria do índice de caminhabilidade por meio da pavimentação, arborização e mobiliário urbano, entre outras benfeitorias.
- Disponibilizar estruturas que possibilitem a ocupação do espaço público, privilegiando atividades ao ar livre como arte de rua, atividades para crianças, jogos esportivos, entre outras.
- Qualificar progressivamente os centros de bairros, prevendo a distribuição de equipamentos públicos para fortalecer as atividades comerciais da região.
- Estimular a descentralização dos eventos culturais, valorizando a produção de cada regional (melhor descrito no item **Cultura**, no capítulo **Preservação do patrimônio cultural, material e imaterial**).

Preservação do patrimônio cultural, material e imaterial

Patrimônio

A política de preservação do patrimônio cultural deve ser ampla, contemplando as diferentes paisagens e grupos sociais que compõem a cidade. Com a colaboração da comunidade e o fortalecimento das identidades regionais, é possível preservar os bens culturais materiais e imateriais de Curitiba, aliando seu potencial cultural ao desenvolvimento socioeconômico. Propomos as seguintes ações:

- Elaborar diagnóstico e banco de dados dos bens inventariados e tombados de Curitiba, reunindo informações e estabelecendo indicadores sobre estado de conservação, potencialidade e restrições de uso dos edifícios.
- Mapear e identificar Unidades de Interesse de Preservação (UIP) abandonadas, através de parcerias com instituições de ensino, organizações não governamentais e serviços sociais para produção de pesquisa, inventários participativos e estudos temáticos sobre o patrimônio cultural da cidade.
- Implementar estratégias para a preservação do conjunto arquitetônico dos bairros.
- Ampliar a zona histórica no bairro São Francisco, abrangendo um maior número de elementos de relevância para o conjunto patrimonial da cidade.
- Desenvolver programas de educação patrimonial nas escolas municipais.
- Incentivar as festas tradicionais de Curitiba, além de promover celebrações como o Dia do Patrimônio Cultural e campanhas que divulguem nossos bens culturais.
- Nomear logradouros públicos contemplando nomes das línguas dos povos originários que ocupavam o território (Guarani e Kaingang), referências arqueológicas já realizadas sobre os povos tradicionais da região, bem como elementos da fauna e flora locais.
- Promover a salvaguarda de manifestações da cultura popular em Curitiba, como o Fandango e a Capoeira.
- Realizar ações em parceria com os clubes e sociedades beneficentes.

- Divulgar a memória das populações que contribuíram para a construção da cidade.
- Fortalecer o setor público responsável pela gestão da política de preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, abrangendo a multidisciplinaridade profissional necessária para a salvaguarda do mesmo.

Cultura

Curitiba é berço de uma vasta produção cultural e artística. Reconhecer isso nos coloca a responsabilidade de preservar e fortalecer o trabalho daqueles(as) que fazem esse cenário ser referência nacional.

Como parte dos setores mais afetados pela pandemia de coronavírus no mundo, as pessoas que trabalham com cultura ou que dependem dela deixaram de produzir uma parcela significativa da riqueza do município e da região. A retomada das atividades do setor requer uma série de medidas que envolvem o devido comprometimento da gestão pública. Propomos as seguintes ações:

- Fortalecer o Conselho Municipal de Cultura.
- Fortalecer o Fundo Municipal de Cultura de Curitiba.
- Retomar as Conferências Municipais de Cultura, valorizando a construção coletiva das políticas públicas de cultura da cidade.
- Implementar o Sistema Municipal de Cultura.
- Garantir a ampliação do orçamento da Cultura.
- Assegurar transparência na aplicação dos recursos.
- Fortalecer festivais de música, teatro, cinema, dança, entre outras atividades culturais.
- Implementar ações afirmativas nos editais públicos de arte e cultura.
- Democratizar o acesso de agentes culturais ao Mecenato.
- Revisar a estrutura funcional e o plano de cargos e carreiras que institui concurso público para o quadro de servidores.
- Garantir a correção de valores destinados ao Mecenato Subsidiado e os mecanismos de fiscalização do processo de captação destes recursos.
- Fortalecer e ampliar as equipes qualificadas na gestão e manutenção de espaços culturais em toda a cidade.

- Descentralizar os locais de execução das políticas públicas de cultura, valorizando os bairros e as comunidades mais afastadas do centro.
- Promover uma maior integração das políticas culturais com as políticas de esporte e lazer, educação, saúde e segurança, otimizando o uso dos equipamentos públicos.
- Por meio da Fundação Cultural de Curitiba, realizar oficinas de elaboração de projetos culturais voltadas a novos(as) artistas e empreendedores(as), em especial àqueles(as) provenientes de regiões periféricas.
- Ampliar o programa de formação de plateia em conjunto com os setores de Educação e Turismo.
- Realizar cursos de aperfeiçoamento destinados a artistas profissionais, com o objetivo de tornar Curitiba um corredor de comunicação e integração nacional na área cultural.
- Adequar os equipamentos culturais de modo a atender pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, contemplando acessibilidade em LIBRAS e audiodescrição.
- Promover eventos e apresentações culturais de artistas locais em espaços públicos.
- Propiciar igualdade de oportunidades para estabelecer convênios e apoios às iniciativas culturais privadas.
- Assegurar a criação, promoção e difusão de ações voltadas à cultura na infância e juventude.
- Ampliar a oferta de atividades artístico-culturais de formação continuada nos diversos centros culturais da cidade, incluindo linguagens tecnológicas que atendam às aspirações das crianças, pessoas idosas e jovens, em especial das comunidades em vulnerabilidade.
- Incentivar a ampliação da produção do setor audiovisual curitibano e regional.
- Apoiar iniciativas culturais independentes, como teatro de bonecos, teatro de sombras, performances circenses, entre outras manifestações artísticas.
- Promover ações que fortaleçam a diversidade cultural, comunidades tradicionais, povos originários, culturas populares, LGBTI+, movimentos étnicos-culturais, grupos emergentes da cultura hip hop e artistas de rua.

- Construir um plano emergencial da cultura para a pandemia e pós-pandemia, complementando o auxílio proveniente da Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), em apoio a artistas e técnicos(as) culturais.
- Fortalecer protocolos de segurança sanitária para realização dos eventos culturais.
- Fazer cumprir e fiscalizar o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) – Lei nº 15.000/2016.

Transição para uma economia verde

Gestão do meio ambiente

Com um tratamento diferenciado da flora e fauna local, é possível melhorar a qualidade ambiental no meio urbano. Curitiba já foi reconhecida em âmbito internacional como uma cidade referência em políticas públicas ambientais. A cidade tem cerca de 20% de sua área coberta por florestas em bom estado de conservação, 75% delas em terrenos particulares. É preciso engajar a população na preservação destas áreas, assim como avançar nas políticas ambientais, com a ampliação das áreas de parques, melhoria da qualidade da água e garantia da destinação correta dos resíduos sólidos. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Fortalecer e capacitar as equipes técnicas da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA).
- Adequar a estrutura organizacional da SMMA para fortalecer a fiscalização e o monitoramento ambiental.
- Rever a gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente, de forma que se torne participativo, consultivo e deliberativo, favorecendo a fiscalização e a transparência dos recursos e projetos financiados.
- Criar um Plano de Ação Climática em parceria com os municípios da RMC, universidades e outras instituições de pesquisa, para adotar práticas de enfrentamento das mudanças do clima.
- Estudar o uso de recursos do ICMS Ecológico (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) prioritariamente em ações e programas de conservação e recuperação ambiental.
- Elaborar o Plano de Arborização Urbana de Curitiba, com o diagnóstico dos indivíduos arbóreos, condições fitossanitárias e orientações técnicas para o plantio e manejo, privilegiando espécies nativas.
- Implementar em todas as regionais a Política Municipal de Educação Ambiental com foco na comunidade, em parceria com universidades e organizações da sociedade civil e de forma integrada com as demais secretarias, como Saúde, Agricultura, Educação e Turismo.

- Fortalecer o diálogo com outros municípios que adotem políticas ambientais bem-sucedidas.
- Valorizar o Conselho Municipal de Meio Ambiente como instância de participação e controle social sobre as políticas públicas do setor.
- Criar uma Rede de Resgate de Plantas de espécies nativas e em risco de extinção em parceria com universidades, proprietários de áreas de floresta urbana, agricultores urbanos e o setor privado, como orquidários, floricultores, empresas com áreas verdes, escolas, casas de repouso e construtoras. As espécies vegetais resgatadas, rejeitadas ou apreendidas poderão ser destinadas a voluntários e entidades da cidade, garantindo a biodiversidade da flora, o cultivo de espécies alimentícias e medicinais e o fomento à pesquisa.
- Requalificar as praças e espaços públicos por meio da diversificação do uso e manutenção da infraestrutura.
- Instalar Praças de Bolso em pequenos vazios urbanos, a exemplo da Praça de Bolso do Ciclista.
- Qualificar o arranjo administrativo, criando condições e critérios para a implementação de compras públicas sustentáveis.
- Criar um Portal de Meio Ambiente com informações completas como tutoriais, manuais, guias, legislação e materiais educativos.
- Investir em atividades de baixa emissão de carbono, como geração de energia por fontes renováveis.
- Elaborar estudos e projetos para a Zona Sul de Curitiba, historicamente desprivilegiada de parques e espaços de lazer integrados ao meio ambiente.
- Ampliar e qualificar a transparência de dados sobre a qualidade do ar e da água em Curitiba.
- Fortalecer a gestão ambiental de parques, praças e áreas verdes de maneira democrática e participativa.
- Incentivar a separação de resíduos em sacos de cores diferentes, revertendo as economias obtidas nas regiões com maior participação da comunidade.
- Estudar a ampliação do programa Câmbio Verde, fazendo a troca de resíduos por verduras e bônus-culturais para eventos promovidos pela prefeitura.
- Adotar Selo Verde para empresas que minimizem a geração de resíduos e adotem práticas sustentáveis, como a correta separação dos resíduos sólidos,

reutilização dos recursos naturais, entre outras. Estudar a implementação de incentivos fiscais a estas empresas, em parceria com outros órgãos federativos.

- Criar um Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento de Agricultura Urbana, de forma participativa e solidária, em parceria com a Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) e com os municípios da RMC.
- Fortalecer as feiras de bairros, gastronômicas e de orgânicos.
- Fiscalizar o uso de agrotóxicos no território do município e propor alternativas ecologicamente sustentáveis para o controle de ervas daninhas, pragas, insetos e roedores.
- Realizar cadastramento de jardineiros formalizados ou autônomos para promover capacitação de Jardinagem Ecológica, por meio de parcerias com instituições de apoio às micro e pequenas empresas.
- Avaliar e atualizar o Plano Municipal da Mata Atlântica de forma participativa e democrática.
- Fortalecer e tornar mais abrangentes as políticas das Reservas Particulares do Patrimônio Natural Municipal (RPPNM).
- Ampliar e fortalecer os programas de proteção animal, adoção e Saúde Única.
- Dar continuidade às ações de castração em clínicas veterinárias conveniadas e castramóveis, com o objetivo de chegar a 25 mil cães e gatos castrados por ano.
- Implementar o banco de rações.
- Ampliar a estrutura do Centro de Referência para Animais em Situação de Risco (CRAR).
- Estudar a contratação de médicos veterinários e fiscais para proteção de animais.
- Reimplementar a Guarda de Proteção Animal.
- Estabelecer diálogo constante com universidades, institutos e associações de proteção e defesa dos direitos dos animais.

Ecosistema e construção

É possível empregar ferramentas para uma gestão urbana mais eficaz, fazendo o resgate da biodiversidade e da construção de um ecossistema urbano. Para isso, propomos respeitar os preceitos da arquitetura bioclimática e da permacultura, assim como os 5Rs (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar). Sugerimos as seguintes ações:

- Adotar Selo Verde para obras da construção civil que minimizem a geração de resíduos e adotem práticas sustentáveis, como reutilização dos recursos naturais por meio de captação de água da chuva, aquecimento de água por energia solar, geração de energia por placas fotovoltaicas, construção de telhados verdes e outras técnicas de permacultura. Estudar a implementação de incentivos fiscais a estas iniciativas, em parceria com outros órgãos federativos.
- Seguindo princípios de sustentabilidade, adequar de forma progressiva edifícios públicos como escolas municipais, postos de saúde, prefeitura, ginásios de esportes, entre outros.
- Incentivar a utilização de materiais naturais, reciclados e aqueles que garantam o aprisionamento de carbono.
- Criação de um Banco de Materiais de Construção para receber excedentes ao final de obras, em condições de serem reaproveitados (Classe A, Resolução CONAMA 307/2002).
- Estudar a implementação de estruturas de microgeração de energia, como painéis fotovoltaicos e outras técnicas que utilizem fontes renováveis.

Gestão das águas

O território de Curitiba é composto por seis bacias hidrográficas (Atuba, Barigui, Belém, Iguaçu, Padilha e Passaúna) formadas pelo rio principal, afluentes e 120 sub-bacias. Conforme medição realizada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba em 2015, apenas uma entre as 96 sub-bacias monitoradas foi classificada

como boa no Índice de Qualidade das Águas (IQA). Para melhorar a qualidade das águas do município, propomos:

- Fortalecer a gestão das águas na escala metropolitana, a exemplo do programa Pacto pelas Nascentes de Água da Região Metropolitana de Curitiba.
- Consolidar programas de educação ambiental com o objetivo de melhorar a qualidade dos rios, a exemplo do Programa Olho D'água.
- Fiscalizar as ligações de esgoto e águas pluviais em cada bacia hidrográfica.
- Promover o tratamento natural das águas, por meio de técnicas como zona de raízes.
- Criar um Plano de Segurança Hídrica em parceria com os municípios da RMC, universidades, instituições de pesquisa, Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), comitês de bacia, sociedade civil organizada e representantes do setor econômico.
- Promover a implementação de jardins de chuva e pavimentação drenante, sobretudo em grandes áreas impermeabilizadas como estacionamentos, que permitem a coleta da água da chuva e são responsáveis por sua infiltração no solo, alimentando o lençol freático.
- Possibilitar a renaturalização progressiva dos rios urbanos e nascentes através do tratamento, descanalização e reflorestamento sistêmico, de forma colaborativa com a comunidade.

Cidade Lixo Zero: gestão de resíduos sólidos urbanos

Uma cidade Lixo Zero é aquela em que governo local, sociedade civil, organizações não governamentais, movimentos sociais e iniciativa privada se unem para implementar um conjunto de leis, metas, estratégias, programas e campanhas, pactuando uma visão compartilhada de longo prazo na qual não existirá mais a ideia de lixo sendo produzido, descartado e gerido da maneira como acontece hoje na maioria das cidades brasileiras. Uma cidade Lixo Zero é eficiente para enfrentar a crise atual, recuperando os resíduos, promovendo o desenvolvimento da economia circular e contribuindo para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na gestão de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, compostagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Para tanto, propomos as ações a seguir.

Logística

- Reestruturar a coleta seletiva com separação dos resíduos em 3 categorias: compostáveis, recicláveis e rejeitos (não recicláveis), em cumprimento à Política Nacional dos Resíduos Sólidos.
- Estabelecer metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, incluindo a matéria orgânica, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos sólidos e destinar apenas rejeitos aos aterros sanitários.
- Estudar uma política de compostagem e reciclagem em larga escala, com ações educativas e parcerias junto a empresas e entidades da sociedade civil, reduzindo radicalmente a produção de resíduos urbanos e a destinação de material descartado para aterros.
- Incentivar a compostagem domiciliar e condominial, envolvendo a população no debate consciente sobre a produção de resíduos.
- Promover campanhas permanentes para aprimorar a reutilização e reciclagem de resíduos sólidos.
- Fomentar campanhas sobre o impacto negativo das bitucas de cigarro e outros microrresíduos.

Catadores e catadoras de materiais recicláveis

- Implantação da gestão integrada de resíduos sólidos, incorporando formalmente a participação dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis.
- Erradicação do trabalho de crianças e adolescentes na catação de resíduos sólidos, priorizando o atendimento destas nas escolas públicas em período integral.
- Promover uma gestão interinstitucional com participação da sociedade, que garanta a sustentabilidade técnica e econômica dos empreendimentos formados pelos(as) catadores(as) de materiais recicláveis.

- Propiciar a formação técnica continuada dos(as) servidores(as) para assessorar efetivamente as associações e cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis e garantir sua viabilidade socioeconômica.
- Assegurar a participação e controle social na formulação, implementação e operacionalização dos planos de resíduos sólidos.
- Assegurar a representação dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis em Conselhos Municipais.
- Garantir a contratação das associações e cooperativas de catadores(as) nos planos de logística reversa.
- Estudar a viabilidade de subsidiar as taxas municipais, de água e luz às associações e cooperativas de catadores(as).
- Apoiar os planos de manutenção e execução dos equipamentos das associações e cooperativas integrantes do programa Ecocidadão, bem como a reforma e ampliação dos barracões.

Missão possível: rumo ao comércio justo e sustentável

Além de mostrar fragilidades estruturais de nossa sociedade, as quais devem ser mitigadas através de uma nova relação com o meio ambiente e mais investimentos em ciência e tecnologia, a pandemia também está exigindo mudanças de curto prazo. Ainda que as transformações dentro da gestão pública sejam lentas e graduais, é fundamental destinarmos energia para que elas aconteçam de modo célere, compatível às necessidades que uma metrópole como Curitiba demanda em um cenário de pandemia e pós-pandemia.

Sabe-se que prosperidade e desenvolvimento têm no crescimento econômico uma condição necessária, mas não suficiente. Como já demonstrado em períodos tristes da nossa história, o progresso econômico puro e simples não garante redução da pobreza ou melhores condições de vida aos mais vulneráveis. Ademais, temos de reconhecer que, ao aceitar qualquer crescimento da economia, podemos ter resultados não reversíveis para o meio ambiente, como o aumento da produção de lixo e do aquecimento global.

A urgência de reformular a lógica da vida urbana e sua relação com o meio ambiente indica que o potencial de Curitiba requer otimização, inteligência e

alinhamento com a Agenda 2030 e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Economia local e emprego

O conjunto de conhecimentos, habilidades, costumes e valores sociais da população de Curitiba é a matéria-prima que gera valor econômico para a cidade.

Nesse sentido, Curitiba possui um conjunto de ativos importantes em universidades, instituições e centros de pesquisa, centros de artes, incubadoras de empresas de base tecnológica, aceleradoras de startups e hubs criativos, o que qualifica seu ecossistema de inovação e empreendedorismo entre os mais importantes da América Latina.

Nosso desafio é fazer com que essa base de economia urbana possa gerar integração social e reduzir desigualdades de oportunidades, abrindo condições de qualificação, emprego e renda para toda a população. Assim, propomos as seguintes ações:

- Implementar um plano de ação imediata de auxílio às pequenas empresas.
- Realizar campanhas de incentivo ao consumo local.
- Criar um selo de origem de produto local.
- Adotar Selo Verde para negócios que empregam práticas ecológicas, como metas para redução de resíduos, separação de resíduos em 3 categorias (compostáveis, recicláveis e rejeitos), implementação da logística reversa, dentre outras medidas compensatórias aos danos socioambientais.
- Ampliar o aplicativo da prefeitura municipal, inserindo um mapa dos negócios locais.
- Estabelecer um programa de compras públicas que privilegie, aumente e impulse os negócios curitibanos e da região metropolitana.
- Ampliar o programa Empreendedora Curitibana para que alcance também as iniciativas regionais, impulsionando a inovação, o empreendedorismo, o investimento e a visibilidade de mulheres empresárias.
- Desenvolver programas de capacitação profissional voltados a mulheres vítimas de violência.
- Promover feiras de negócios lideradas por empreendedoras curitibanas.

- Fortalecer as feiras de produtos artesanais da cidade.
- Promover capacitação para vendedores(as) ambulantes.
- Implantar linhas de crédito produtivo para mulheres empreendedoras.
- Criar a Rede Curitiba de Negócios Femininos via plataforma de colaboração entre empreendedoras.
- Desenvolver oficinas online sobre empreendedorismo, programação e uso de tecnologias digitais para meninas e adolescentes.
- Criar um selo de Indústria Responsável, identificando aquelas que executam medidas sustentáveis como reutilização da água, implementação de metas para redução de resíduos, separação em 3 categorias (compostáveis, recicláveis e rejeitos), gerenciamento correto de resíduos tóxicos, implementação da logística reversa, dentre outras medidas compensatórias aos danos ambientais.
- Buscar parcerias para desenvolvimento de projetos de inclusão socioeconômica de jovens e adultos nas indústrias.
- Desenvolver programas de capacitação profissional para jovens.
- Estimular negócios colaborativos criados por jovens ou que empreguem jovens.
- Fortalecer e incentivar feiras, eventos e iniciativas de difusão da economia criativa.
- Mapear indicadores referente ao impacto da economia criativa na cidade.

Economia solidária

A economia solidária tem destaque entre as alternativas de reorganização econômica, buscando a inclusão social por meio de cooperativas de trabalho, grupos autogestionários, associações e redes solidárias.

Mais do que gerar renda, produz-se vínculos sociais, o que colabora para a superação da situação de vulnerabilidade socioeconômica. Propomos as seguintes ações:

- Criar o primeiro Centro Público de Economia Solidária, que comporte atividades de comercialização, mostras, oficinas e apresentações culturais.

- Promover capacitações aos gestores públicos e implementar assessoria técnica voltada a empreendimentos de economia solidária, de modo a aprimorar estratégias de comercialização.
- Garantir a disponibilização e apoio de espaços apropriados à comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos de economia solidária, garantindo a aplicação da Lei Municipal nº 14.786/16.
- Organizar ações intersetoriais de fortalecimento da economia solidária que envolvam recursos humanos e financeiros da Assistência social, Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Esporte, Turismo, dentre outros setores.
- Apoiar a constituição de uma linha de crédito especial para o fortalecimento de empreendimentos vinculados à economia solidária.
- Garantir equipamentos e maquinários para fortalecer os empreendimentos solidários e a geração de trabalho e renda.
- Viabilizar o conteúdo da economia solidária nas escolas municipais de Curitiba, conforme prevê a Lei Municipal nº 14.786/16.
- Incentivar pesquisas sobre a economia solidária, suas redes e cadeias produtivas, procurando construir conhecimento sobre o tema e integrar as diferentes iniciativas.

Turismo

Com seu perfil multicultural, suas feiras, gastronomia, parques, praças, museus, artes e planejamento urbano, que são referência nacional e internacional, Curitiba está entre as 10 cidades com maior demanda turística do Brasil.

Além disso, Curitiba é a capital da Grande Reserva da Mata Atlântica, com acesso a uma das florestas tropicais mais exuberantes do planeta. É o ponto de partida para acessar o litoral paranaense, a Serra do Mar e suas unidades de conservação, bem como os caminhos históricos da Graciosa, Itupava e a estrada de ferro.

O turismo é um dos possíveis catalisadores para uma retomada da economia no município, de forma gradativa e respeitando as medidas de segurança sanitária em um cenário de pandemia. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Desenvolver um programa de turismo sustentável em parceria com as agências de desenvolvimento do turismo, associações e os municípios da RMC.
- Estabelecer diálogo permanente com empresas do ramo turístico, como agências de viagem, serviços de hospedagem e guias de turismo.
- Melhorar a comunicação e marketing sobre o turismo da cidade.
- Implantar postos de informação turística em locais estratégicos da cidade e aprimorar os serviços de atendimento aos visitantes, com a produção e distribuição de guias impressos sobre fauna e flora, história e cultura dos locais.
- Aprimorar a divulgação turística da cidade nos aeroportos, na rodoferroviária e nos acessos rodoviários do município.
- Adequar o acesso aos equipamentos turísticos, contemplando as necessidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Melhorar a infraestrutura dos equipamentos turísticos com lavatórios e sanitários, garantindo sua manutenção e respeitando as normas de acessibilidade.
- Buscar comunidades e negócios autênticos, que possam oferecer experiências com valor agregado aos visitantes a partir da cultura local.
- Implementar o turismo de observação de aves.
- Incentivar o turismo controlado nas áreas de preservação ambiental urbana, com foco nos cuidados à natureza e na educação para o turismo responsável.
- Incluir serviços e atividades de lazer nas áreas naturais da cidade, como aluguel de bicicleta e caiaque, além de trilhas interpretativas com guias locais.
- Criar circuito de caminhadas turísticas conduzidas por guias, professores ou moradores habilitados.
- Criar rotas de observação do patrimônio arquitetônico da cidade, e rotas que conectem obras icônicas de artistas localizadas em espaços públicos de Curitiba.
- Fortalecer e criar rotas turísticas contemplando as memórias históricas das populações que ajudaram a construir Curitiba, como imigrantes e indígenas.
- Criar roteiros de cicloturismo no município conectando a região metropolitana e o litoral, além de outras rotas existentes rumo ao interior do Estado, incluindo sinalização e conteúdo informativo digital (mapas, informações, rotas, distâncias percorridas).

- Estimular o turismo religioso, considerando a ampla diversidade histórica e religiosa de Curitiba.
- Reativar as equipes destinadas ao ciclopatrulhamento dos parques e demais equipamentos turísticos da cidade.
- Aumentar os pontos de monitoramento eletrônico nos equipamentos turísticos.
- Implantar estrutura de apoio aos feirantes, como banheiros e bebedouros.
- Incluir as feiras de artesanato (de economia local, solidária e criativa) no mapa de pontos turísticos e culturais da cidade.
- Promover e incentivar a realização de festivais nacionais e internacionais de música, cinema, dança, teatro, dentre outras atividades culturais.

Promoção de uma sociedade justa

Buscar mecanismos compensatórios das desigualdades geradas pelo mercado e pelas diferenças sociais deve ser compromisso primordial para governar uma cidade.

Abastecimento, segurança alimentar e nutrição

Os principais desafios para a gestão das políticas de abastecimento e segurança alimentar são a garantia do direito humano à alimentação, promovendo e facilitando o acesso da população de menor renda a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Outro desafio é aprimorar o perfil nutricional da população curitibana e o fomento à cadeia de abastecimento alimentar e de serviços agregados, fortalecendo a economia em Curitiba e Região Metropolitana.

Para uma implementação das políticas públicas que promovam a efetiva participação da população, propomos as seguintes ações:

- Definir plano e metas graduais para alcançar o objetivo de Merenda Escolar 100% Orgânica.
- Compartilhar dados e informações associados à cadeia do alimento, permitindo maior acompanhamento, participação, colaboração e iniciativas inovadoras e empreendedoras na área da alimentação.
- Implantar um canal de diálogo e debate por regionais que envolva o município, as organizações sociais e comerciais, e a população em geral.
- Promover cursos de empreendedorismo, boas práticas de manipulação e sustentabilidade na área da gastronomia.
- Fortalecer as ações de educação alimentar e agricultura urbana em parceria com escolas públicas e privadas.
- Realizar concursos e festivais gastronômicos com apelo à saudabilidade, à sustentabilidade e à valorização cultural.
- Criar instrumentos de incentivo à utilização de terrenos particulares desocupados para a prática de hortas comunitárias na cidade.

- Retomar e fortalecer o programa Nossa Feira, beneficiando a população urbana, especialmente a de baixa renda, e também as cooperativas e organizações de produtores rurais da RMC.
- Promover festivais gastronômicos para o resgate de comidas de quintal e das tradições de comunidades e família, concursos e registros de memória.
- Fortalecer as pequenas indústrias de comidas regionais em integração com a vocação turística e ambiental da cidade.
- Apoiar a criação da categoria de Microempreendedor Individual - MEI Agricultor Urbano.

Acesso à saúde

Em um cenário de pandemia, aliado à falta de investimentos na saúde pública e ao desrespeito a servidoras e servidores, a população que precisa do atendimento é a mais prejudicada. Mudar essa lógica e consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS) em Curitiba exige ações concretas de reorganização dos serviços e da gestão, em consonância com as políticas públicas que representam décadas de construção e participação cidadã. Propomos as seguintes ações:

- Fortalecer a Atenção Primária em Saúde, ampliando suas equipes e estruturando as unidades de saúde.
- Valorizar os(as) servidores(as) da saúde.
- Reverter o modelo de contratação, evitando a terceirização de serviços.
- Implementar um programa de formação continuada e atualização profissional, com ênfase em humanização, para servidores(as) da saúde pública.
- Fortalecer os Conselhos de Saúde locais.
- Implementar uma gestão que promova a escuta qualificada dos(as) usuários(as) dos serviços de saúde.
- Estabelecer um protocolo integrado com a RMC para prevenção de contaminação de coronavírus.
- Ampliar e fortalecer as equipes do programa de Agentes Comunitários de Saúde, visando à promoção e detecção precoce de problemas de saúde da comunidade.

- Ampliar equipes multidisciplinares dos Núcleos de Saúde da Família (NASF), objetivando o fortalecimento da Atenção Primária em Saúde, a prevenção de doenças e seus agravos.
- Propiciar agendamentos de consultas via telefone e a curto prazo, respeitando a emergência de cada caso.
- Implementar práticas integrativas e complementares em mais unidades de saúde do município.
- Implementar Unidades de Acolhimento para atender acompanhantes não residentes na capital de pacientes internados em leitos SUS dos hospitais de referência em Curitiba.
- Facilitar o acesso da Pessoa Idosa com mobilidade reduzida ao serviço de saúde, por meio de atendimento domiciliar da equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF).
- Ampliar a rede de serviços de convivência da Pessoa Idosa com a presença de terapeutas ocupacionais, aumentando a independência, autonomia e qualidade de vida destas pessoas.
- Implementar o programa Saúde Mental Mais Perto De Você, visando a oferecer cuidados de saúde mental na Unidade Básica de Saúde (UBS) a partir dos primeiros sinais de desequilíbrio emocional ou comportamental.
- Promover uma Conferência Municipal de Saúde Mental.
- Retomar a organização dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), divididos por especialidades de atendimento para casos de transtornos mentais graves, casos com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, e o atendimento a crianças e adolescentes.
- Por meio de parcerias intersetoriais, implementar ações efetivas para reabilitação psicossocial das pessoas usuárias dos serviços de saúde mental, voltadas à geração de renda e inclusão social, e espelhadas em modelos de sucesso no Brasil e no mundo.
- Implementar Centros de Convivência e Cooperativa/Cultura (CECCO) (intersetorial) voltados à reinserção social e produtiva de pessoas usuárias dos serviços de saúde mental.
- Implementar Unidades de Acolhimento na Saúde Mental.
- Fortalecer ações das equipes de Matriciamento em Saúde Mental que têm por objetivo capacitar profissionais em saúde mental a nível técnico e pedagógico

e fornecer apoio institucional às equipes da Atenção Primária, visando à prevenção, promoção em saúde e recuperação do paciente com sofrimento psíquico.

- Desenvolver estratégias para implementar as deliberações da Conferência de Políticas sobre Drogas do Município.
- Realocar a Secretaria de Políticas sobre Drogas ao âmbito da saúde.
- Ampliar e fortalecer a linha de cuidados à mulher que sofre violência sexual, integrando as áreas de saúde e segurança.
- Implementar centros regionalizados de atenção especializada à saúde da mulher com atendimento integral e humanizado.
- Reativar as atividades da maternidade Bairro Novo, bem como as demais fechadas durante a pandemia.
- Estimular a humanização do parto em maternidades e hospitais gerais que realizam partos em Curitiba, bem como a implementação de práticas para uma experiência positiva de parto, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde.
- Estimular a transdisciplinaridade nas equipes de atendimento ao parto.
- Estudar a ampliação do quadro de servidores de saúde para atendimento ao parto.
- Dar apoio à inserção de doulas no acompanhamento à gestante.
- Estudar a implementação de um Centro de Parto Normal (Casa de Parto).
- Implementar um programa de atenção especializada para atendimento a adolescentes grávidas, de 13 aos 17 anos, em situação de pobreza e vulnerabilidade.
- Desenvolver estratégias para garantir a boa adesão ao tratamento antirretroviral para pessoas vivendo com HIV/Aids.
- Promover a formação de profissionais para atendimento qualificado da população LGBTI+ e fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Educação

A educação de Curitiba sempre se destacou por sua excelência. O esforço das pessoas envolvidas na Rede Municipal de Educação (RME) premiou a cidade em décadas recentes com resultados expressivos. Contudo, é necessário reconhecer que a qualidade e o alcance da educação municipal está em risco. Precisamos restabelecer o diálogo com os profissionais da educação, com o respeito e a valorização que este setor da sociedade merece. Vamos recolocar a educação de Curitiba em um lugar de referência. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Restabelecer o diálogo com os(as) profissionais de educação (docentes e não docentes) sobre questões referentes ao plano de carreira.
- Adequar o contingente de profissionais da educação na RME.
- Estruturar coletivamente o plano de formação continuada para o fortalecimento da ação docente, incluindo fomento à pesquisa *stricto sensu*.
- Estabelecer um programa de saúde mental e rede de apoio aos(às) profissionais da RME, em parceria com órgãos de saúde e instituições de ensino superior.
- Criar um plano de retorno às aulas, respeitando às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e estabelecendo uma volta gradual e controlada dos(as) estudantes às escolas.
- Implementar políticas públicas afirmativas que destaquem a equidade dentre os princípios da educação pública de Curitiba.
- Desenvolver estratégias para ampliação progressiva do número de vagas na educação em tempo integral, em especial nas regiões da cidade com maior vulnerabilidade socioeconômica.
- Investir na revitalização e ampliação de espaços visando à acessibilidade de pessoas com deficiência, com padrão arquitetônico e mobiliário específicos para escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e demais equipamentos.
- Estabelecer um fluxo de regularização específico para escolas com linhas pedagógicas diferentes da tradicional, como a Construtivista, Democrática, Freireana, Montessoriana e Waldorf.

- Promover a inserção da história e da cultura indígena e africana no currículo escolar, conforme previsto nas leis nº 10.639/03 e 11.645/08.
- Viabilizar o conteúdo da economia solidária nas escolas municipais de Curitiba, conforme prevê a Lei Municipal nº 14.786/16.
- Ampliar e fazer manutenção de recursos tecnológicos que permitam o acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação em diferentes espaços educativos, contemplando a acessibilidade a pessoas com deficiências e considerando a formação continuada para o uso pedagógico de tais recursos.
- Aprimorar a infraestrutura de conexão de internet sem fio nos espaços educativos da RME, visando ao uso de dispositivos móveis para finalidades pedagógicas.
- Implementar estratégias que aproximem a comunidade escolar do uso da tecnologia como ferramenta para ações educativas.
- Reestruturar os espaços educativos com projetos de inclusão.
- Realizar melhorias e manutenção dos equipamentos da RME, garantindo o melhor desempenho das atividades educacionais e a salubridade dos(as) estudantes e servidores(as).
- Garantir a manutenção dos ginásios e estruturas para a realização de práticas esportivas dos(as) estudantes.
- Envolver estudantes na manutenção do paisagismo da escola, assim como na criação de hortas e projetos para compostagem de resíduos orgânicos produzidos na instituição.
- Reordenar o processo pedagógico e preparar protocolos para lidar com crises sanitárias, priorizando o acesso e o direito de aprender, com ênfase no calendário escolar, currículos e processos avaliativos.
- Criar comunidades “virtuais” com as famílias para a manutenção dos vínculos com a escola.
- Ampliar o atendimento para Educação de Jovens e Adultos.
- Assegurar acompanhamento e atendimento monitorado às filhas e filhos de estudantes do programa de Educação de Jovens e Adultos, disponibilizando este atendimento no mesmo local das aulas das mães, pais e responsáveis.
- Buscar a universalização da pré-escola, efetivando o atendimento às crianças de 4 e 5 anos, sem antecipação da escolarização.

- Reestruturar a Central de Vagas, ofertando mais vagas de tempo integral e otimizando o funcionamento dos Centros Municipais de Educação Integral (CMEI), com critérios de transparência, territorialidade e intersetorialidade.
- Implementar ações que tornem possível a melhoria contínua do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Curitiba.
- Aumentar o tempo de permanência das crianças nas escolas por meio de projetos de contraturno e/ou ampliação do tempo integral via parcerias intersetoriais.
- Estabelecer uma política de diminuição do analfabetismo ampliando o acesso, permanência e continuidade na escolarização de jovens e adultos na RME.
- Integrar a Educação de Jovens e Adultos à educação profissional, de acordo com as características das pessoas atendidas, em parceria com entidades do setor privado e instituições de ensino superior.
- Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos em três turnos, conforme as necessidades do público-alvo e das regiões com demanda diagnosticada.
- Garantir equipes qualificadas e assegurar a perspectiva de ações inclusivas em consonância com a Política Nacional de Educação Especial, reorganizando o atendimento e o trabalho pedagógico desenvolvido em todas as modalidades da Educação Especial.
- Qualificar os profissionais da educação para acompanhamento pedagógico de crianças e jovens com transtorno de aprendizagem, visando ao desenvolvimento integral dos(as) educandos(as).
- Ampliar e construir parcerias com órgãos de saúde para contemplar atendimentos clínicos, psicológicos, terapêuticos ocupacionais e fonoaudiológicos nos centros municipais de Atendimento Educacional Especializado.
- Estabelecer o ensino e a difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do sistema de escrita Braille para a RME.
- Promover parcerias entre instituições e os órgãos do setor da Cultura, do Esporte e Lazer para projetos de inclusão esportiva e cultural nas escolas.

Esporte e Lazer

O lazer, as práticas esportivas e as atividades físicas são dimensões socioculturais essenciais para o equilíbrio da vida individual e o convívio em sociedade dentro de um ecossistema complexo e dinâmico.

Visando a transformar Curitiba em um lugar no qual as experiências de esporte e lazer sejam acessíveis e significativas, promotoras da cidadania e da saúde da população, além de integradas a outras políticas públicas de educação, saúde, mobilidade, cultura e meio ambiente, contemplando a inclusão e a acessibilidade, propomos:

- Desenvolver um sistema de esporte e lazer para Curitiba baseado no diálogo com a população, valorizando as culturas dos bairros e da cidade.
- Contemplar a inclusão e a acessibilidade para o exercício do direito ao lazer e ao esporte de todas e todos.
- Desenvolver cadastro único de crianças, jovens e adultos com deficiências, para a promoção do paradesporto.
- Incentivar a busca ativa de talentos de atividades paradesportivas.
- Implementar Ruas de Lazer destinando o espaço de vias públicas para atividades de lazer e de esporte aos domingos, adequando o fluxo do transporte individual e coletivo motorizado.
- Ampliar e renovar a variedade de equipamentos presentes em praças e parques, investindo nos aspectos de qualidade da infraestrutura, segurança e manutenção.
- Promover áreas de escalada urbana.
- Implementar um programa de ampliação de praças e pistas de skate na cidade.
- Estudar locais propícios, da periferia ao centro, para implementar os Domingos de Esporte, Lazer e Cultura, com o conceito de “ruas abertas”, restringindo temporariamente o acesso dos automóveis e fornecendo material para a experimentação de ciclismo, skate, patins, além de outras práticas corporais das culturas dos bairros. O objetivo é promover uma vida de qualidade cidadã, com base no bem-estar social e na saúde da população.

- Estabelecer parcerias com associações de bairro, comerciantes e organizações esportivas para a ocupação de públicos, visando à prática esportiva e de lazer de variadas modalidades.
- Transformar equipamentos municipais de esporte acessíveis via rede de transporte coletivo com linhas especiais.
- Estudar a ampliação de eixos com “parques lineares” pela adaptação das vias e renovação de outras vias já existentes.
- Integrar ações e eventos da área de cultura com a área de esporte e lazer.

Cidade com segurança

Para aprimorar a segurança de Curitiba utilizando inteligência, boas práticas e políticas efetivas, assim como valorizar o papel da Guarda Municipal e garantir uma cidade segura sobretudo às crianças, mulheres, pessoas idosas e às mais vulneráveis, propomos as seguintes ações:

- Ativar o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Segurança de Curitiba (Lei nº 14.739/2015).
- Criar o Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.
- Reestruturar a Academia da Guarda Municipal de Curitiba, além de implantar e aprimorar constantemente a integração da Guarda Municipal com outros órgãos de defesa social.
- Investir e qualificar a inteligência da Guarda Municipal de Curitiba através de uso mais intensivo da tecnologia da informação e de treinamentos em elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, de forma a valorizar a experiência dos(as) agentes de segurança.
- Promover ações intersetoriais para prevenção da criminalidade na juventude.
- Promover atualizações e formação continuada em parcerias com a Guarda Municipal de Curitiba, o Instituto Municipal de Administração Pública, as universidades, a Ordem dos Advogados do Brasil, os Conselhos de Direitos e as instituições de pesquisa.

- Promover ações intersetoriais para a saúde mental dos(as) agentes de segurança pública.
- Buscar a integração dos Boletins de Registro de ocorrências entre a Guarda Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil.
- Implantar policiamento comunitário de proximidade, em que as equipes de guardas municipais patrulharão o entorno dos equipamentos e complexos públicos, estendendo este monitoramento ao complexo comercial local, com o objetivo de promover segurança pública e viária à comunidade local e reforçar a confiança entre agentes de segurança e a sociedade.
- Reativar as equipes da Guarda Municipal que realizam o patrulhamento dos eixos rodoviários da cidade, visando a aumentar a proteção da população dentro do transporte coletivo.
- Intensificar ações contra racha e “Operações lei seca”, dentre outras ações de segurança viária.
- Reestruturar a Patrulha Escolar da Guarda Municipal, garantindo a permanência de Guardas Municipais nos horários de entrada e saída das crianças da rede municipal de ensino, e, nos demais horários, o patrulhamento no entorno dos equipamentos públicos e complexos educacionais.
- Reestruturação do Programa Guarda Mirim da Guarda Municipal.
- Aumentar o efetivo de guardas municipais no patrulhamento da cidade, diminuindo assim o tempo de reposta ao atendimento de ocorrências.
- Reestruturar a Patrulha Maria da Penha com aumento das equipes, contratação de seguro e serviço de manutenção para a frota própria destinada ao serviço, com o objetivo de prover maior proteção, prevenção, monitoramento das mulheres vítimas de violência doméstica e com medidas protetivas de urgência aplicadas pelo Poder Judiciário.
- Fortalecer os serviços de atendimento às vítimas de violência sexual, garantindo a materialidade das provas que permitem a identificação do agressor através da coleta de materiais de exames periciais e laudos, e ações intersetoriais.
- Promover estratégias para o adequado monitoramento por meio de dispositivo de segurança preventiva “botão do pânico”.

- Promover atualizações e formação continuada para atendimento à população LGBTI+, população negra e periférica, buscando desnaturalizar o racismo e LGBTI+fobia institucional.
- Reestruturar a Ciclopatrolha da Guarda Municipal a fim de aumentar a segurança nos bairros, parques, ciclovias, áreas de lazer e pontos turísticos.

Defesa dos direitos da mulher

Mulheres ainda enfrentam desafios para romper com desigualdades econômicas e sociais, como demonstra o relatório do Fórum Econômico Mundial (2019) ao informar que serão necessários 257 anos para haver paridade de gênero nas oportunidades e participação econômica.

Superar esta realidade exige tomar providências em diferentes camadas da sociedade. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Recriar a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, articulando a inserção do recorte de gênero nas políticas setoriais (como educação, saúde, mobilidade, cultura, dentre outras).
- Estimular a paridade de gênero para ocupação de funções executivas.
- Desenvolver programa intersetorial para inclusão no mercado de trabalho e qualificação profissional de mulheres vítimas de violências.
- Promover o acesso por meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade econômica a produtos de higiene menstrual.
- Defender a autonomia da gestante na escolha da forma de nascimento do seu bebê como um direito da mulher que deve ser estimulado pelos profissionais de saúde.
- Implementar uma casa de acolhimento para mulheres gestantes em situação de rua com propósito de cuidado, proteção e formação adequada, para que possam superar esta situação.
- Instituir Fóruns e Comitês especializados de Políticas para as Mulheres, visando a incentivar a governança participativa e a conscientização da importância do tema das políticas para mulheres.

- Elevar Curitiba a “Cidade Amiga das Mulheres” por meio da implantação de um colegiado de gestoras municipais de todas as secretarias e órgãos mais importantes, para o planejamento do orçamento público com o enfoque de gênero.
- Promover curso de especialização para servidoras e outras profissionais que atuam na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das propostas do plano de governo e das políticas para as mulheres, com base no “Women and Public Policy Program” da Universidade Harvard.
- Implementar centros regionalizados de atenção às mulheres em situação de violência, com atendimento emergencial, intersetorial e interinstitucional.
- Fortalecer as ações da Casa da Mulher Brasileira (CMB) por meio da ampliação e qualificação de sua equipe sob a responsabilidade do município, em especial nas áreas de serviço social, psicologia, gestão administrativa, recepção e Guarda Municipal.
- Implantar sistema de dados informatizados na CMB, importante para a integração de sistemas que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.
- Implantar na CMB um Núcleo do Instituto Médico Legal para coletar evidências e provas para identificação de agressores, no sentido de minimizar a revitimização de mulheres vítimas de violência.
- Instituir atendimento a homens autores de violência de gênero visando à recuperação e prevenção de reincidência de casos mediante acompanhamento multidisciplinar, conforme previsto na Lei Maria da Penha (nº 11.34/2006).
- Realizar pesquisa quantitativa e qualitativa dos processos que envolvam o crime de feminicídio, por meio de parcerias com universidades, objetivando elaborar formas de intervenção para prevenir e evitar os crimes de feminicídio.

Acesso à assistência social

Organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas), a Assistência Social tem como objetivo garantir proteção social à população, ou seja, dar apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

Com um modelo de gestão participativa, este sistema articula os esforços e recursos do município para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Converter a Fundação de Ação Social (FAS) em Secretaria Municipal de Assistência Social.
- Estabelecer uma política de assistência à saúde mental e bem-estar dos(as) trabalhadores(as).
- Restabelecer a função de Educador Social.
- Retomar a educação permanente para os(as) trabalhadores(as) da assistência social do município.
- Estruturar e desenvolver as competências das equipes de referência às funções da assistência social, às demandas dos territórios e apoiá-las na integração de serviços e benefícios socioassistenciais.
- Valorizar a equipe do quadro de servidores(as) qualificados(as) da Fundação de Ação Social (FAS) para ocupar cargos de gestão central, regional e local, com a prerrogativa de equidade de gênero, raça e população LGBTI+.
- Fortalecer os conselhos de direitos.
- Incentivar a criação dos conselhos locais de assistência social como estratégia de fortalecimento dos territórios.
- Reforçar as redes de proteção nos territórios.
- Promover atendimento qualificado e estruturas adequadas para crianças e adolescentes em desabrigo.
- Fortalecer o programa Jovem Aprendiz por meio de ações intersetoriais.
- Aperfeiçoar o Sistema Socioeducativo em Meio Aberto, priorizando o envolvimento familiar.
- Desenvolver estratégias de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes de modo intersetorial com a Saúde e a Educação.
- Priorizar a qualificação profissional de adolescentes em situação de exploração sexual.
- Combater o trabalho infantil com oportunidades de renda aos responsáveis.

- Fortalecer a dimensão protetiva das famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social por meio da inclusão em serviços e benefícios socioassistenciais.
- Ampliar as residências com gestão compartilhada para adolescentes egressos dos acolhimentos institucionais.
- Fortalecer o Programa Família Acolhedora.
- Implementar Centros de Convivência Regionais para pessoas idosas com a presença de equipe mínima contendo profissionais da assistência social, terapia ocupacional e psicologia.
- Mapear pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de risco para acompanhamento social.
- Ampliar e qualificar o atendimento da Casa de Passagem para Indígenas, tanto àqueles que vivem em Curitiba, como àqueles que estão em trânsito.
- Implementar novas modalidades de acolhimento coletivo e familiar em respeito às especificidades da população migrante, refugiada e apátrida.
- Implementar Centros Dia para pessoas idosas e para pessoas com deficiência.
- Melhorar as estruturas físicas da Assistência Social, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centros Pop), e acolhimentos institucionais.
- Estabelecer critérios para inclusão da rede de atendimento do terceiro setor prestar serviços ao município, de modo a garantir o atendimento adequado para cada território.
- Adequar os serviços de proteção às necessidades dos territórios.
- Buscar a redução de desigualdades sociais por meio da distribuição de renda via benefícios socioassistenciais (Bolsa Família, Benefício de prestação Continuada).
- Integrar o atendimento da assistência às demais políticas municipais e estaduais, sobretudo à política de saúde mental.
- Assegurar a atuação conjunta com a política municipal de segurança alimentar e nutricional, ampliando e diversificando o atendimento prestado conforme as necessidades da população, em especial os públicos mais vulneráveis.

- Buscar parcerias com o setor privado para fomento das ações socioassistenciais.
- Ampliar a atuação dos Liceus de Ofício para centros de referência em formação para economia solidária, economia criativa e outros modelos econômicos.

Proteção dos direitos e inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida

Uma sociedade pode ser menos excludente quando reconhece a diversidade humana e as necessidades específicas dos vários segmentos sociais, assegurando-lhes oportunidades de acesso aos bens e serviços dos quais necessita.

Para que Curitiba seja uma cidade que respeita, protege e promove os direitos e a inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, propomos as seguintes ações:

- Implementar um programa de inserção no ensino superior em parceria com instituições de ensino.
- Fortalecer o Centro de Apoio à Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, aliando parcerias dos setores público e privado e de instituições de ensino para maior inserção no mercado de trabalho.
- Implantar sistema de segurança e monitoramento do Sistema Integrado de Transporte para o Ensino Especial (SITES).
- Melhorar a frota de ônibus do SITES para maior conforto e segurança dos(as) usuários(as).
- Ampliar o atendimento no programa de transporte Acesso.
- Implantar o uso do Cartão Respeito e ampliar o número de serviços oferecidos.
- Aumentar a equipe especializada para inclusão de crianças com deficiência no contexto escolar, como psicopedagogos(as), terapeutas ocupacionais e psicólogos(as).
- Adaptar o aplicativo utilizado pela URBS para ser acessível às deficiências visual, física e intelectual.
- Promover a formação dos condutores de veículos de táxi e transporte público sobre os direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

- Promover a ampliação das vagas para atendimento por especialistas em reabilitação física e, assim, garantir o direito ao serviço.
- Agilizar o acesso às tecnologias assistivas por meio de parcerias interfederativas e privadas.
- Ampliar os Centros de Convivência com acesso e atendimento para idosos com deficiência.
- Efetivar um programa de esportes para pessoas com deficiência em parceria com a Secretaria do Esporte e Lazer, de modo a contemplar diferentes atividades paradesportivas e faixas etárias.
- Implementar *playgrounds* adaptados para crianças com deficiência.
- Incentivar que as obras privadas se adequem às normas de acessibilidade, contemplando as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Considerar a acessibilidade como prerrogativa para realização de obras em ambientes públicos.
- Criação de rotas acessíveis visando à segurança dos transeuntes com deficiência e mobilidade reduzida.
- Atender pessoas com deficiência auditiva por meio da Central de LIBRAS, nas modalidades presencial e online.
- Assegurar formato acessível na produção de materiais informativos em todos os canais de comunicação da prefeitura, incluindo pronunciamentos dos(as) gestores(as) públicos(as).
- Ampliar os profissionais intérpretes de LIBRAS para atendimentos públicos.
- Promover formação de servidores(as) públicos(as) para atendimento a pessoas surdas.
- Promover formação aberta para funcionários(as) de serviços essenciais como farmácias e bancos, para atendimento de pessoas surdas.
- Incluir intérpretes de LIBRAS em teatros.
- Fortalecer associações que promovam a mediação linguística Coda (Filhos ouvintes de pais surdos), bem como a educação e integração de pessoas surdas.

Promoção dos direitos étnico-raciais

A Agenda 2030 propõe que ninguém seja deixado para trás nos processos de desenvolvimento. Precisamos enfrentar o racismo e as discriminações múltiplas que afetam a vida de mais de 20% da população curitibana e mais de 30% da população paranaense, que se autodeclaram negras/pretas ou pardas. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Assegurar a realização do Mês da Consciência Negra.
- Promover ações de respeito à pluralidade religiosa conforme determina a Lei nº 12.288/10, visando a garantir liberdade de crença e proteção aos locais de cultos religiosos.
- Estruturar a Política de Direitos Humanos e Igualdade Racial para garantir a realização das ações previstas no Plano Municipal de Promoção da Igualdade Étnico-racial (em tramitação no Conselho Municipal).
- Reconhecer as especificidades para o atendimento qualificado dos povos originários, ciganos e afrodescendentes.
- Promover a inserção da história e da cultura indígena e africana no currículo escolar, conforme previsto nas leis nº 10.639/03 e 11.645/08.
- Estimular o afroempreendedorismo, por meio de formação em gestão financeira, marketing, vendas, entre outras.
- Incentivar encontros de afroempreendedores(as) como feiras, workshops, minicursos, entre outros (ex.: Feira Preta de SP e Movimento Black Money).
- Facilitar acesso a empréstimos e financiamentos a empreendedores(as) negros(as).
- Fomentar a inclusão no mercado de trabalho e ocupação de cargos de gestão.

Promoção dos direitos da população LGBTI +

A população LGBTI+ é vulnerável quanto ao atendimento de seus direitos, incluindo o acesso aos serviços públicos de saúde. Neste sentido, propomos:

- Promover campanhas de conscientização contra a LGBTI+fobia.

- Propor medidas contra atos de intolerância à população LGBTI+ nos estabelecimentos comerciais, aos moldes da lei nº 17.301/20 do município de São Paulo.
- Qualificar os profissionais que atuam em diferentes setores dos serviços públicos, em especial da Segurança, Assistência Social e Saúde.
- Ampliar parcerias para ações de assessoria jurídica, assistência social, saúde mental, entre outras.
- Desenvolver mecanismos de inclusão no mercado de trabalho.
- Desenvolver mecanismos de inclusão e permanência no ensino.

Promoção dos direitos da população em situação de rua

O cidadão e a cidadã que está em situação de rua já se encontra com inúmeras limitações, privado de condições materiais mínimas e sujeito a graves violações, discriminação e invisibilidade. O fomento às ações que promovam o fim do processo de desumanização imposto a esta população é urgente e necessário. Propomos as seguintes ações:

- Realizar pesquisas que permitam conhecer este público para subsidiar a produção de políticas públicas e que contemplem o universo de pessoas a ser atendidas.
- Produzir campanhas que enfrentem o preconceito e a violência contra a população em situação de rua e conscientizem a população em geral e servidores(as) públicos(as) a respeito do tema.
- Incentivar cooperativas sociais compostas por trabalhadores em situação de rua.
- Ofertar às pessoas em situação de rua abrigo, alimentação, água potável, locais adequados para higiene pessoal, guarda-pertences, acesso à qualificação, emprego e renda.
- Promover ações de alfabetização às pessoas em situação de rua em parceria com a Educação.

- Desenvolver um programa que garanta moradia social adequada, de modo a priorizar o direito à cidade, evitar a periferização e utilizar a infraestrutura urbana já constituída.

Migração

O aumento expressivo de pessoas que se deslocam se tornou uma realidade crescente nos dias de hoje. Indivíduos nesta condição precisam de assistência adequada às suas especificidades. Uma cidade humanista e que têm as pessoas como centro norteador de suas ações deve estar comprometida com o bem-estar e o respeito aos direitos destes cidadãos e cidadãs. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Fortalecimento dos serviços públicos de atendimento a pessoas imigrantes, migrantes, refugiadas e apátridas.
- Fortalecer parcerias com entidades que prestam atendimento a pessoas imigrantes, migrantes, refugiadas e apátridas.
- Promover formação continuada a profissionais que atuam com esta população nos serviços públicos.
- Ampliar e qualificar o atendimento na Casa da Acolhida e do Regresso, considerando as especificidades de atendimentos individuais e grupos familiares.
- Promover parcerias com organizações sociais voltadas ao atendimento desta população.
- Fortalecer mecanismos de inclusão no mercado de trabalho.

Habitação e regularização fundiária

Interpretada como acesso aos meios para uma sobrevivência digna, a moradia é reconhecida nacional e internacionalmente como direito humano fundamental. Em termos urbanos, viver dignamente significa habitar em um espaço da cidade dotado de infraestrutura para o tratamento de água e esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação, arborização, com acesso facilitado a equipamentos de saúde, educação, lazer e cultura, bem como a oportunidades econômicas e de emprego.

Em 2019, a fila da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB) contava com 38.377 inscritos, dos quais 85% tinham renda de até 3 salários mínimos. Desde 2015, não há produção de moradia para esta faixa de renda em Curitiba. Ademais, o município conta atualmente com 50.499 domicílios em condições precárias, inseridos em 453 assentamentos irregulares (SISPEHIS, 2019), muitas vezes inseridos em áreas ambientalmente frágeis, o que se traduz em precariedade e ameaça constante de despejo e/ou vulnerabilidade aos riscos ambientais urbanos por inundações e deslizamentos de solo.

O diagnóstico é de que existe em Curitiba duas cidades: a dos cartões postais, composta por bairros centrais e que recebe atenção da Prefeitura; e a periférica, que é esquecida, marcada pela ausência de políticas públicas que possam efetivar o direito à terra urbana e à moradia para as populações de menor renda, o que aponta para o descaso com aqueles que mais necessitam da atuação do poder público para concretizar o direito à moradia adequada e a uma vida digna. Para tanto, propomos as seguintes ações:

- Estudar a implementação a Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo, com o objetivo de conferir centralidade à questão da habitação em Curitiba, e com foco na Habitação de Interesse Social (HIS) e integração das políticas públicas urbanas.
- Fortalecer o desenvolvimento do Plano Setorial de Habitação de Curitiba.
- Fortalecer as políticas habitacionais integradas com os demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba, sobretudo aqueles do Núcleo Urbano Central.
- Estabelecer cota orçamentária municipal mínima para habitação, com aumento progressivo dos investimentos, partindo preferencialmente de 1% do orçamento municipal total.
- Buscar formas de ampliar os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) através de instrumentos já implementados pela administração municipal.
- Fortalecer o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.
- Viabilizar a construção de empreendimentos inclusivos, em regiões com infraestrutura urbana e centrais.

- Resgatar instrumentos já estudados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), previstos na proposta do Plano Diretor de Curitiba de 2014, viabilizando os empreendimentos inclusivos.
- Revisar e reorganizar instrumentos urbanísticos concorrentes.
- Mapear terrenos subutilizados com potencial para produção de Habitação de Interesse Social, permitindo o planejamento da política habitacional a longo prazo.
- Inventariar o Patrimônio Imobiliário do Município para Produção de HIS.
- Rever e fortalecer a política de Aluguel Social como um dos eixos da Política Habitacional do Município.
- Elaborar uma Política de Regularização Fundiária Integrada, garantindo o bem-estar da população local e questões jurídicas de posse, mediante análise e estudo de viabilidade da permanência da população em locais fora de área de risco e de preservação ambiental, com participação social.
- Realizar seminário sobre a Lei nº 11.888/2008, de Assistência Técnica para Habitação de Interesse social (ATHIS), que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica gratuita.
- Regulamentar a Lei nº 11.888/2008, de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, através de parcerias com instituições de ensino e organizações da sociedade civil.

Mobilidade ativa, segura e coletiva

Caminhar, se deslocar, andar de bicicleta e participar de uma vida urbana devem fazer parte de atividades cotidianas das pessoas com e sem deficiência em todas as regiões da cidade. Conforme a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), pedestres e ciclistas têm prioridade em relação aos modais motorizados. As diretrizes estabelecidas por dita lei – como acessibilidade universal, desenvolvimento sustentável das cidades, equidade no acesso da população ao transporte público coletivo, eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e segurança nos deslocamentos das pessoas – são pontos norteadores das propostas aqui apresentadas.

Mobilidade ativa

Mobilidade a pé: todos somos pedestres

Muitos fatores influenciam a qualidade do caminhar: o percurso, o projeto, a superfície, a quantidade de pessoas e a largura da calçada. Esta forma de locomoção, inata a todo ser humano, deve ser estimulada e priorizada na cidade. Por pedestre compreende-se toda pessoa que circula a pé, com auxílio de cadeiras de rodas ou outra tecnologia assistiva, empurrando carrinho de bebê ou de transporte de carga, o ciclista que empurra a bicicleta, o trabalhador que desempenha coleta de resíduos, varrição ou outra atividade profissional na via pública. É necessário garantir a acessibilidade de todas as pessoas ao espaço público e edificações, assim como promover uma série de serviços fundamentais para atingir as diretrizes nacionais de promoção da inclusão social estabelecidas no Estatuto da Pessoa com Deficiência e no Estatuto do Idoso. Para tanto, propomos:

- Elaborar levantamentos e estudos técnicos para índices de caminhabilidade.
- Viabilizar a implementação do Estatuto do Pedestre, que prevê o Conselho do Pedestre.

- Estudar a viabilidade de rotas acessíveis, através de parceria com o projeto de Rotas Acessíveis Prioritárias do Paranacidade.
- Aplicar preceitos da acessibilidade universal em todos os projetos de obras públicas.
- Fortalecer as ações voltadas para o funcionamento da Área Calma na região central.
- Implementar Áreas Calmas nos centros de bairros, entornos de terminais de transporte, áreas escolares e outros pontos estratégicos na cidade.
- Fiscalizar e levantar as condições das rampas de acessibilidade em Curitiba.
- Realizar manutenção e implementar rampas de acessibilidade em todas as esquinas da Área Calma.
- Ampliar a fiscalização e manutenção das calçadas, conforme as normas de acessibilidade do passeio do Decreto 1.066/2006.
- Adequar espaços e equipamentos urbanos de acordo com a NBR 9050.

Mobilidade por bicicleta

É necessário garantir a infraestrutura adequada, conectada e segura para que ciclistas de diferentes gerações, gêneros e regiões da cidade possam transitar nos meios urbanos. Há diferentes tipologias de infraestrutura (ciclovias, ciclofaixas, vias calmas, ciclorrotas, passeios compartilhados) que garantem uma variabilidade de escolhas e melhor adequação conforme a realidade local. Atualmente, Curitiba conta com aproximadamente 220 km de infraestrutura cicloviária. É pouco. Esta infraestrutura deve ser ampliada urgentemente. Para tanto, propomos:

- Priorizar projetos e construções de infraestrutura cicloviária, garantindo a ampliação e conexão da mesma na cidade.
- Por meio do projeto RMC Bici, manter diálogo com municípios vizinhos para a implementação de um plano de conexão cicloviária intermunicipal do Núcleo Urbano Central.
- Realização de audiências públicas para a revisão do PlanCiclo (2013), Plano de Estrutura Cicloviária (2019) e desenvolvimento da infraestrutura cicloviária.

- Implantar o Circuito Intercampi, conectando os cinco *campi* da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e de instituições de ensino superior particulares.
- Explorar o potencial cicloviário na região Sul de Curitiba, com estudo de viabilidade e planejamento para implantação de microrrede cicloviária local.
- Implantar ciclofaixas no bordo esquerdo de vias com faixa exclusiva para ônibus, como na Rua XV de Novembro e Rua Desembargador Westphalen.
- Priorizar a implantação da infraestrutura cicloviária no entorno das escolas com medidas de segurança viária.
- Criar roteiros de cicloturismo no município, abrangendo pontos turísticos como o Museu Oscar Niemeyer (MON) e a Catedral Basílica de Curitiba.
- Realizar levantamento das condições e manutenção das ciclovias existentes.
- Criar espaços facilitados para estacionamento de cicloentregadores em áreas de fluxo intenso e grande concentração de habitantes.
- Mapear os principais trajetos de coleta e entrega de encomendas e instalar estrutura cicloviária adequada.
- Melhorar a iluminação pública nas rotas mais utilizadas por cicloentregadores, diminuindo a chance de acidentes e roubos.

Gestão

O desenvolvimento da política pública de mobilidade requer equipe especializada para o planejamento e continuidade das ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo. Para tanto, propomos:

- Reimplementar o setor de ciclomobilidade no IPPUC, com o objetivo de desenvolver o planejamento e projetos para a implantação da infraestrutura cicloviária.
- Restituir a Coordenação de Mobilidade Urbana na Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito (Setran), com foco no desenvolvimento de ações e projetos voltados para pedestres e ciclistas.
- Viabilizar o diálogo entre as administrações dos municípios da RMC, COMEC, Setran e URBS para melhor integração dos serviços de mobilidade urbana.

- Promover fóruns de trabalho entre representantes do IPPUC, Setran, SMOP e URBS para alinhamento integrado das ações.
- Ampliar o diálogo entre o Conselho da cidade de Curitiba (Concitiba) e a população.
- Manter um diálogo constante com trabalhadores(as) de transporte coletivo, motoristas de aplicativos e taxistas.
- Estabelecer cota mínima no orçamento municipal destinada especificamente a investimentos em projetos e infraestrutura cicloviária.

Paraciclos, bicicletários e bicicleta compartilhada

A cidade deve ser dotada de infraestrutura adequada para estacionamentos de bicicletas localizados em área vigiada, com estruturas seguras para a fixação das mesmas e com equipamentos de suporte ao ciclista, como bebedouros, bombas para pneu e ferramentas básicas para a manutenção da bicicleta.

- Implantação de paraciclos em instituições públicas.
- Implantação de bicicletários em terminais de ônibus e áreas de concentração de paradas.
- Levantamento de pontos estratégicos nas 10 regionais para implantação de paraciclos, conectando ruas comerciais, pontos de cultura e locais com alto fluxo de pedestres e ciclistas.
- Retomar estudos de viabilidade do sistema de bicicletas compartilhadas em Curitiba, levando em consideração o fluxo, pontos de atração, topografia e distâncias das estações.

Mobilidade segura: Morte Zero no Trânsito

Nenhuma morte no trânsito é aceitável. Soluções pontuais na malha viária podem evitar que acidentes aconteçam pela identificação de riscos latentes e o tratamento de pontos críticos. Faz-se necessária a adesão ao Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Lei Federal n.º 13.614/2018), que tem como

um dos objetivos a redução de pelo menos a metade da taxa de mortes por habitantes até 2028. Para tanto, propomos:

- Garantir o acesso seguro do(a) usuário(a) do transporte coletivo aos pontos de ônibus por meio da implantação de travessias elevadas, faixas de pedestre sinalização e iluminação do entorno.
- Preservar e criar novas vias de mão dupla, garantindo um fluxo moderado nas vias locais e uma melhor qualidade ambiental para moradores, além de condições para o desenvolvimento do comércio na região.
- Implementar ações de conscientização para reduzir as violações intencionais.
- Implementar um programa de reinserção social de vítimas de acidentes de trânsito.
- Reforçar a sinalização vertical e horizontal de trânsito.
- Utilizar técnicas para acalmar o tráfego em espaços de trânsito compartilhado e em pontos de conflito, pela separação de pedestres e bicicletas do tráfego motorizado, quando as velocidades e volumes forem altos, bem como a criação de condições para o compartilhamento, quando possível.
- Priorizar técnicas para acalmar o trânsito, como estreitamento das vias, criação de refúgios e ilhas, pavimentos intertravados, travessias elevadas para pedestres, entre outras.
- Estudar e implantar rotatórias em cruzamentos de pequeno e grande porte.
- Utilizar elementos provisórios como balizadores e mobiliários urbanos para ampliação do espaço destinado a pedestres e ciclistas.
- Desenvolver um banco de projetos que reúna padrões de design de vias contemplando diferentes categorias viárias.
- Estudar a implantação de projeto piloto de sistema viário autoexplicativo.

Áreas Calmas

Muitas cidades criam áreas livres de automóveis, em especial em áreas centrais, ou estabelecem restrições para a circulação destes veículos também em áreas periféricas. Essas áreas com tráfego acalmado, ruas para brincar, vias exclusivas ou preferenciais para pedestres e bicicletas promovem um ambiente mais seguro e convidativo para atividades de lazer, cultura e comércio, priorizam a

mobilidade ativa e possuem níveis reduzidos de ruído e poluição do ar. Neste sentido, propomos:

- Acalmar o tráfego em vias locais nos bairros, utilizando dispositivos para redução da velocidade e filtros modais, e reforçando a função das vias enquanto local de encontro.
- Acalmar centros de bairros por meio da implantação de Áreas Calmas nas diferentes centralidades de bairros.
- Preservação e criação de ruas sem saída, garantindo a qualidade ambiental do bairro e possibilitando uma maior ocupação do espaço público pelos moradores da região.
- Sinalizar atalhos para pedestres e bicicletas em ruas sem saída, considerando que estas são atrativas ao desenvolvimento da mobilidade ativa.
- Analisar a viabilidade de implantar Áreas Calmas no entorno de terminais de ônibus, escolas e vias locais nos bairros.
- Estudar a implantação de “Superquadras”, formadas por um conjunto de quarteirões onde a circulação de automóveis é restrita, a exemplo do que é feito em Barcelona, incentivando o deslocamento não motorizado e visando ao acesso a serviços vicinais.
- Reafirmar a Área Calma no centro da cidade com medidas pontuais para moderação da velocidade.

Urbanismo tático

Utilizando infraestruturas provisórias e de baixo custo, como cones, balizadores, bancos e vasos de plantas, é possível avaliar, em ações conjuntas entre a sociedade civil e o governo, uma reconfiguração viária em tempo real e sem a necessidade de modificação no desenho das calçadas, reduzindo equívocos e gastos no processo. Com base em práticas de urbanismo tático, propomos:

- Utilizar infraestruturas provisórias com o intuito de ampliar espaços para pedestres e bicicletas.
- Realizar estudos com infraestruturas provisórias visando a avaliar soluções para interseções completas.

- Criar ciclovias e passeios emergenciais com infraestruturas provisórias, garantindo o deslocamento seguro enquanto perdura a pandemia do coronavírus.
- Acompanhar ações de urbanismo tático, desenvolvendo indicadores por meio da realização de pesquisas qualitativas com moradores, comerciantes e usuários das infraestruturas.

Campanhas educativas

Promover campanhas educativas por meio de materiais simples e informativos é uma forma de aumentar a segurança das pessoas na cidade, fornecendo conteúdo adequado à população sobre normas de trânsito, direção defensiva, segurança dos ciclistas e pedestres e, conseqüentemente, reduzindo os gastos públicos com saúde. Neste sentido, propomos:

- Produzir e distribuir material informativo, adesivos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
- Apoiar campanhas nacionais, como o Movimento Maio Amarelo e o Dia Mundial sem Carro (22 de Setembro).
- Fortalecer ações e programas municipais de pesquisa, como o Programa Vida no Trânsito (PVT), visando a aumentar a segurança viária.
- Reafirmar parcerias com instituições de pesquisa e associações não governamentais a fim de gerar dados e desenvolver políticas públicas com o município, a exemplo do Programa Ciclovida da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- Implantar o projeto Bicicleta Nas Escolas, com aulas práticas e teóricas sobre educação no trânsito e de ciclomobilidade para crianças da rede municipal de educação.
- Promover ações de educação no trânsito com objetivo de reconhecer os diferentes meios de transportes, estimulando uma cultura de cuidado e respeito às diferenças no trânsito, e a capacidade de decisão modal.
- Fortalecer parcerias para pesquisa e desenvolvimento entre universidades, indústria, governo e sociedade civil organizada.

Transporte coletivo

Curitiba já foi reconhecida no planejamento urbano pelo uso do solo vinculado ao sistema viário e transporte coletivo. Segundo dados da URBS, o transporte coletivo da capital transporta uma média de 1.365.615 passageiros por dia, em 251 linhas, percorrendo 21 terminais.

Conforme estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana, o transporte coletivo tem preferência sobre o individual. Assim, deve ser prioridade no desenvolvimento de políticas públicas, como a implantação de faixas segregadas dos demais automóveis, investimento no serviço ao(à) usuário(a) e busca de mecanismos para promover a intermodalidade. Propomos:

- Realizar pesquisas sobre o perfil do(a) usuário(a) do transporte coletivo para um melhor desenvolvimento de fluxos, operacionalização do sistema e investimentos.
- Realizar pesquisa de opinião dos(as) usuários(as) para avaliação qualitativa e quantitativa dos serviços prestados por consórcios e empresas permissionárias.
- Realizar pesquisa de opinião com os(as) trabalhadores(as) do sistema de transporte coletivo para avaliação qualitativa dos serviços prestados por consórcios e empresas permissionárias, das condições de trabalho oferecidas e dos programas de treinamento, com colheita de sugestões e inovações para melhoria do serviço.
- Preparar, em conjunto com a sociedade, as normas que contemplarão o edital da nova licitação do transporte coletivo que ocorrerá em 2025.
- Criar uma comissão de avaliação técnica do sistema.
- Estabelecer parceria com universidades e organizações não governamentais para realização de pesquisa e levantamento de dados, de forma permanente.
- Estudar a viabilização de encaminhamentos para a revisão, rescisão ou ratificação dos contratos, adequando a novos parâmetros indicadores de desempenhos.
- Priorizar atributos de conforto, acessibilidade universal e energias limpas, renováveis e de baixa emissão na caracterização da renovação da frota.

- Desenvolver mecanismo e desenho que garantam acesso universal dos(as) usuários(as) ao ônibus e ponto de ônibus.
- Promover a formação dos condutores de veículos de transporte coletivo sobre os direitos dos ciclistas, das pessoas idosas, com deficiência e mobilidade reduzida.
- Melhorar o desenho do ponto de ônibus, garantindo que tenham espaço adequado para se sentar e se proteger da chuva.
- Implementar travessias de pedestres e iluminação adequada para acesso aos pontos de ônibus.
- Implementar estratégias de segurança para cobradores, como sistema de câmeras de monitoramento.
- Realizar estudos de viabilização de integração modal e intermodal.
- Implantar paraciclos nos terminais de ônibus, proporcionando segurança para permanência e fixação das bicicletas, bem como equipamentos de suporte ao ciclista.
- Realizar estudos de viabilidade de meios de transporte coletivo ainda não utilizados para integração dos municípios da Região Metropolitana, como Veículos Leves sobre Trilhos (VLT).
- Promover a constante busca de melhoramento tecnológico, traçados e mecanismos, aumentando a eficiência e o funcionamento do sistema de transporte.
- Realizar estudo de viabilidade da integração temporal das passagens, possibilitando ao(à) usuário(a) pegar qualquer ônibus da rede integrada por um tempo determinado, o que possibilitará adotar rotas flexíveis.
- Realizar pesquisas constantes na busca de tecnologias mais eficientes, com menor impacto ambiental de emissão de CO₂ e poluição sonora.

Sistema de fiscalização e controle do sistema

- Realizar estudos para desenvolver novas formas de financiamento do transporte coletivo.
- Reimplementar a tarifa especial de domingo.
- Realizar estudos sobre política tarifária inclusiva.

- Apresentar transparência sobre o custo da tarifa.
- Reavaliar o valor da tarifa do transporte coletivo na perspectiva de se alcançar um valor justo ao(à) usuário(a).
- Promover transparência de dados dos contratos vigentes do sistema de transporte coletivo.
- Realizar audiências públicas para elaboração dos pré-requisitos do edital dos futuros contratos de permissão de operação do sistema de transporte coletivo.
- Fortalecimento da RIT por meio do diálogo entre COMEC e URBS.

Mobilidade como serviço

Mobilidade Inteligente: desenvolvimento de pesquisa e serviços voltados à inovação tecnológica orientada pela demanda e integração modal.

- Promover a Intermodalidade.
- Realizar estudos e desenvolver plataforma para melhorar a experiência da população na integração de sistemas de transporte coletivo, bicicletas e patinetes compartilhados, táxis e motoristas de aplicativos, ESTAR eletrônico e outros.
- Disponibilizar sistema de informação ao(à) usuário(a), com horários e itinerários, nos pontos de ônibus e terminais (conforme Lei nº 12.587).
- Desenvolver sistemas de benefício ao(à) usuário(a) relacionados ao uso de modais ativos e coletivos.
- Melhorar a eficiência nos deslocamentos, resgatar e ampliar estudos de modelagem e circulação por meio de tecnologias no trânsito, como o de sistemas semaforicos inteligentes.

Para mais informações e contribuições: agoraegoura2020@gmail.com

“A vida na cidade e a consideração pelas pessoas no espaço urbano devem ter um papel-chave no planejamento urbano e de áreas edificadas. [...] só agora se percebe o quanto cuidar das pessoas na cidade é fator essencial para obtenção de cidades mais vivas, mais seguras, sustentáveis e saudáveis.”

Jan Gehl, Cidades para Pessoas

“Não posso forçar uma pessoa a andar de bicicleta ou de ônibus. Mas posso projetar um sistema que a motive a deixar o carro na garagem.”

Janette Sadik Khan

“Não é possível admitirmos que os nossos córregos sejam tamponados por avenidas, ou que a nossa população, sem alternativas, se instale em áreas de proteção ambiental, em áreas de mananciais e em áreas de risco. E por que isso acontece? Porque o território das cidades é uma mercadoria e a boa localização tem preço, a terra e os imóveis são elementos fortes de especulação”.

“Vamos mudar o paradigma! Não é coisa de curto prazo, por isso eu gosto de falar para os jovens. Mas, como diriam nossos poetas: navegar é preciso, lutar é preciso, trabalhar é preciso. O importante é a felicidade para trabalhar por uma cidade igualitária, sem preconceito, sustentável. Extensão e residência são fundamentais: sair da sala de aula e da internet e entrar em contato com a nossa realidade. O Brasil é um país muito diverso na natureza, na cultura e na sociedade. Temos uma riqueza neste aspecto que precisamos respeitar.”

“Eu acredito que projeto urbano é uma questão de poder local. Ele diz respeito às prefeituras ou às metrópoles. É muito importante o Governo Federal ter um projeto de política urbana? É muito importante! [...] mas a questão urbana é acima de tudo uma questão vinculada ao poder local. Se nós estamos atravessando um período de ataque à democracia no Brasil, eu acredito firmemente que nós vamos retomar a democracia brasileira a partir das cidades e do poder local”.

Ermínia Maricato

(Trechos da palestra Uma Nova Agenda para as Cidades, realizada em junho de 2020).